

## ANFIP ingressa com ação pela paridade do Bônus de Eficiência



A ANFIP ingressou com o primeiro bloco de ações na Justiça a fim de garantir aos Auditores Fiscais da Receita Federal ativos em início de carreira e aos aposentados e pensionistas, associados à Entidade, o direito à paridade no recebimento do Bônus de Eficiência.

A ação foi impetrada pelo escritório Advocacia Velloso e faz parte do incessante trabalho da Entidade em garantir a manutenção da rubrica nos vencimentos dos associados, independentemente de sua regulamentação.

Todos os associados estão automaticamente incluídos na ação. Os Auditores que se associarem até 31 de março de 2018 garantem lugar no próximo bloco de ações a serem impetradas.

### Atuação da ANFIP

Ao longo da tramitação da MP 765/16 (assim como do PL 5.864/16), que criou o Bônus de Eficiência e instituiu o vencimento básico como forma de remuneração, a ANFIP atuou de maneira clara e ampla em defesa do fortalecimento da carreira. Sugeriu, para isso, que o valor proposto ao bônus fosse incorporado ao subsídio, além da manutenção desta forma de remuneração, garantida às carreiras exclusivas de Estado.

Até a publicação da Lei 13.464/17, resultado da conversão da MP 765/16, a Entidade enfrentou diversas críticas, porém optou por atuar firmemente, de acordo com seus princípios, na tentativa de evitar a perda de direitos que estava sendo anunciada.

### GAT tem ação protegida

Em mais uma ação judicial

em andamento, a ANFIP informa aos associados que ingressaram ou vierem a ingressar na Justiça visando a execução da Gratificação de Atividade Tributária (GAT) estarão protegidos de eventual condenação de sucumbência. A ação é impetrada pelo Escritório Aline Melo Franco e Advogados Associados, banca indicada pela Entidade.

Para os associados, caso ocorra a condenação em honorários de sucumbência, esse custo será coberto pelo Fundo de Reserva de Receitas de Ações Judiciais, previsto na Resolução Conjunta CE/CF/CR nº 01/2011-2012, criado desde 06/12/2011, para atender as despesas em atividades ou ações administrativas ou judiciais na defesa de direitos e vantagens dos associados. Não serão cobrados custos adicionais para novos associados.

---

**Aumento salarial é garantido por liminar**

Página 2

---

**Indenização de fronteira é regulamentada**

Página 3

---

**ANFIP atua contra a reforma da Previdência**

Página 3

## Liminar garante aumento salarial para associados ativos da 1ª Região Fiscal

Em decisão liminar concedida à ANFIP, em 14/12, o juiz substituto da 21ª Vara Federal de Brasília, Rolando Valcir Spanholo, garantiu aos associados ativos da 1ª Região Fiscal (DF, GO, MT, MS e TO), listados na ação, o reajuste salarial previsto na Lei 13.464/17.

A decisão “suspende imediatamente os efeitos materiais da Medida Provisória nº 805/17, em relação aos substituídos processuais da parte autora, devendo a União garantir a observância da escala de pagamentos definida pela Lei 13.464/17 para os cargos de Auditor da Receita Federal sob pena de aplicação de multa mensal de R\$ 10 mil para cada remuneração paga a menor e imediato envio de cópia dos autos ao Ministério Público Federal para fins de apuração de responsabilidades pelo prejuízo gerado ao Erário”.

A Entidade também protocolou ações judiciais distintas para ativos e aposentados e pensionistas em todas as unidades da Federação. O intuito é garantir o reajuste salarial de 2018, além de impedir o aumento da contribuição previdenciária de 11% para 14%.

Essa é mais uma iniciativa da ANFIP em busca da proteção dos direitos dos seus associados. “A



Entidade tem alertado reiteradamente que o governo precisa urgentemente rever suas políticas de isenções, refinanciamentos e renúncias fiscais de contribuições destinadas à Seguridade Social”, destaca o presidente da ANFIP, Floriano Martins de Sá Neto.

### STF

Após a ANFIP conseguir a liminar para a 1ª RF, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, suspendeu, em 18/12, os efeitos da MP 805/17.

A decisão foi tomada na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5809, ajuizada pelo PSOL. Na liminar, Lewandowski reitera que, com a MP, os servidores públicos do Poder Executivo

serão duplamente afetados pelo mesmo ato. “Primeiro, por cercear-se um reajuste salarial já concedido mediante lei; depois, por aumentar-se a alíquota da contribuição previdenciária, que passa a ser arbitrariamente progressiva, sem qualquer consideração de caráter técnico a ampará-la”, destaca.

O ministro disse que a jurisprudência do STF é pacífica ao garantir a irredutibilidade dos salários e que, caso a norma não seja suspensa, “os servidores atingidos iniciarão o ano de 2018 recebendo menos do que percebiam no anterior, inviabilizando qualquer planejamento orçamentário familiar previamente estabelecido”. A decisão será submetida ao Plenário do STF.

## Comissão mista da MP 805 é instalada no Senado

O presidente da ANFIP, Floriano Martins de Sá Neto, e integrantes do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), acompanharam, em 6/12, a instalação da Comissão Mista da Medida Provisória 805/17, no Senado Federal.

A MP trata sobre o congelamento de reajustes salariais para os exercícios de diversas carreiras do funcionalismo público, postergando assim, os

aumentos remuneratórios e elevando a contribuição previdenciária dos servidores públicos da União.

O objetivo da medida é aumentar receitas e diminuir despesas em 2018, com vistas a assegurar o alcance da meta fiscal do ano (déficit primário de R\$ 159 bilhões). A Comissão é presidida pelo deputado Rogério Rosso (PSD/DF) e tem como relator o senador Cidinho Santos (PR/MT).



### Expediente **Linha Direta**

**Linha Direta** é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.  
SEDE: SBN Qd. 01 Bl. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907  
Telefone: (61) 3251 8100  
Whatsapp: (61) 98289 5150

**Linha Direta** é publicação mensal de propriedade da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, com tiragem de 9 mil exemplares. As opiniões externadas nos artigos são de responsabilidade de seus autores.

**DIRETORA RESPONSÁVEL**  
Leila Souza de Barros Signorelli de Andrade

**EDITOR**  
Ludmila Machado

**REPORTAGEM**  
Daiana Lima, Ludmila Machado e Indira Oliveira

**ESTAGIÁRIOS**  
Gabriela Diniz  
Matheus Carvalho

**EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA**  
Gilmar Vitalino e Allan Vitalino

**CONSELHO EDITORIAL**  
Cesar Roxo Machado  
Floriano Martins de Sá Neto  
Leila Souza de Barros Signorelli de Andrade  
(coordenadora)  
Luiz Cláudio de Araújo Martins  
Marluce do Socorro da Silva Soares  
Sandra Tereza Paiva Miranda



Envie seus comentários sobre o **Linha Direta** para o email: [comunicao@anfip.org.br](mailto:comunicao@anfip.org.br)



[www.facebook.com/anfipnacional](http://www.facebook.com/anfipnacional)



[www.twitter.com/anfipnacional](http://www.twitter.com/anfipnacional)



[www.youtube.com/anfipoficial](http://www.youtube.com/anfipoficial)

## Entidades buscam suspender propaganda oficial sobre reforma da Previdência



A ANFIP está mobilizada para retirar do ar a veiculação da propaganda do governo em favor da reforma da Previdência. Em ação, ajuizada pela Associação e a Fenafisco (Fisco Estadual e Distrital) e entidades representativas dos servidores, conseguiu a suspensão em 30/11, no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1).

No entanto, a campanha voltou a ser veiculada em 4/12. A ANFIP já recorreu da decisão, solicitando o restabelecimento dos efeitos da liminar que impede a divulgação dos anúncios publicitários do governo sobre a reforma da Previdência.

A ANFIP alerta que a propaganda oficial, que defende o “corte de privilégios”, está em flagrante dissonância com as balizas constitucionais que regem a publicidade dos órgãos públicos, não informa os verdadeiros aspectos sobre a reforma da Previdência, além de acarretar prejuízos e situação vexatória à imagem dos servidores públicos.

### PGR

Tamanho é o entendimento de que a

## Vitória: Indenização de fronteira é regulamentada

Após anos de intensa negociação, o presidente Michel Temer assinou, em 6/12, decreto que regulamenta a indenização de fronteira, destinada às carreiras que atuam em regiões fronteiriças. Os servidores receberão um adicional de R\$ 91 por dia trabalhado durante a semana, excluindo sábados e domingos, de acordo com a Lei nº 12.855, de setembro de 2013.

O decreto abrange as carreiras de Auditores Fiscais Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, agentes da

propaganda do governo é falaciosa, que a Procuradoria-Geral da República (PGR) também entrou com ação, em 18/12, no Supremo Tribunal Federal (STF), para suspender imediatamente sua divulgação.

A procuradora-geral da República Raquel Dodge afirma que não há consenso da população acerca do tema e, por isso mesmo, não se pode utilizar verba pública para favorecer exclusivamente um dos lados. “Considerando o risco de danos irreparáveis ou de difícil reparação aos cidadãos submetidos à campanha com fim de “mero convencimento” e o gasto das verbas públicas, a PGR pede a suspensão da eficácia da norma”, destaca.

Segundo Dodge, a Constituição Federal estabelece limites claros para a publicidade institucional (Art 37 § 1º), que deve ser voltada para a informação, educação e orientação social. Contrariar esses limites ofende o direito fundamental à informação e os princípios da cidadania, da publicidade, da impessoalidade, da moralidade, entre outros.

Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, auditores fiscais Agropecuários e do Trabalho.

### Localidades

A lista com 227 localidades estratégicas foi divulgada pelo Ministério do Planejamento, em 20/12. Deste total, 104 estão destinadas para os Auditores da RFB e as demais distribuídas entre as outras carreiras. O critério para a definição das localidades considerou os municípios em faixa de fronteira e os de difícil fixação de efetivo.

## Campanha de Mídia

A ANFIP e a Fenafisco iniciaram em dezembro uma campanha na mídia para reforçar a defesa dos servidores públicos e esclarecer as mensagens publicitárias do governo onde coloca o funcionalismo público como “vilão” da Previdência Social. O que não é verdade!

A ação foi divulgada no jornal Correio Braziliense, em 3/12, no primeiro caderno com o título “Privilégio: expressão ofensiva e equivocada”. Na versão on-line, foi publicado um banner no topo da página da editoria de Cidades com a frase “ANFIP e Fenafisco na defesa dos servidores públicos”. A campanha também pôde ser ouvida na rádio Clube FM.

A ação destacou que o conceito de privilégio leva à noção de benefício de um grupo em detrimento da maioria. Tal conceito não se aplica aos servidores, especialmente no que tange à Previdência, uma vez que esses contribuem com alíquota incidente sobre o total de sua remuneração.

## Investigação de propagandas extraoficiais

A ANFIP, a Fenafisco e a APCF (Peritos Criminais Federais) formalizaram em 11/12 uma representação à Procuradoria Geral da República (PGR) para que sejam apuradas possíveis conexões entre a propaganda oficial do governo pela aprovação da reforma da Previdência e vídeos viralizados pelo Movimento Brasil Livre (MBL) utilizando, como argumento central, informações com conotação pejorativa aos servidores públicos.

A linguagem utilizada pelas divulgações explicita a relação de apoio, o que leva à necessidade de se investigar se o governo, direta ou indiretamente, financiou com recursos públicos o MBL. As entidades consideram que é importante recomendar às autoridades federais que se abstenham de buscar apoio fora dos limites institucionais.

O fundamento jurídico para a investigação é o art. 37 da Constituição Federal.

## Comissão de Trabalho debate defesa dos servidores



O assessor de Estudos Socioeconômicos da ANFIP, Wilson Antonio Romero, participou da audiência pública “As ameaças do atual governo aos direitos dos servidores públicos”, realizada em 12/12, na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), na Câmara dos Deputados.

Romero afirmou que a ANFIP está sempre presente no Congresso Nacional defendendo os servidores

públicos e as matérias de interesse da sociedade, buscando garantir condições de trabalho dignas e remuneração condizente com o serviço público. Criticou, ainda, as atuais campanhas de mídia do governo federal bancadas com dinheiro público e ressaltou o combate à reforma da Previdência, destacando as principais inverdades que o governo tem propagado para garantir a aprovação da matéria.

## Ciclo de seminários sobre a Funpresp



O vice-presidente de Assuntos da Seguridade Social da ANFIP, Décio Bruno Lopes, e o assessor de Estudos Socioeconômicos, Wilson Antonio Romero, participaram em 13/12 de reunião com dirigentes da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp) e entidades que participam dos seminários regionais sobre a aposentadoria dos servidores.

Ficou decidido que o ciclo de

seminários será retomado em março de 2018. Os próximos debates acontecerão em quatro diferentes regiões fiscais da Receita Federal. A possibilidade de apresentar a Funpresp para servidores públicos de outros segmentos também foi considerada.

Os primeiros eventos do Projeto "A Funpresp e a sua Aposentadoria", numa parceria de ANFIP, Sindireceita e Sinprofaz, com apoio institucional da Previc e Funpresp, aconteceram no Rio de Janeiro e em Brasília.

## Curtas

### Fundação ANFIP tem novos dirigentes

Os integrantes da Diretoria Executiva e dos Conselhos Curador e Fiscal da Fundação, biênio 2018/2019, foram empossados em 13/12. Aurora Maria Miranda Borges assumiu a presidência da Diretoria Executiva.

O presidente da ANFIP e membro do Conselho Curador, Floriano Sá Neto, ressaltou a importância estratégica da Fundação, principalmente no que tange aos seus estudos técnicos. Confira a lista completa dos empossados [www.anfip.org.br](http://www.anfip.org.br).

### Reunião com vice-líder do governo

O presidente Floriano Sá Neto, e demais representantes das entidades que integram o Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) se reuniram, em 19/12, com o vice-líder do governo na Câmara, deputado federal Rogério Rosso (PSD-DF). O objetivo foi debater a tramitação da reforma da Previdência (PEC 287/16), prevista para ser votada em fevereiro de 2018.

Após ouvir as preocupações dos dirigentes, Rosso reiterou seu apoio aos servidores públicos e disse que votará contra a PEC 287/16.

### Parceria para reforma tributária

O presidente da ANFIP, Floriano Sá Neto, participou de reunião, em 20/12, na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), com integrantes da Comissão Brasileira de Justiça e Paz, para discutir parceria e trabalhos conjuntos acerca do projeto de reforma tributária desenvolvido pelo Grupo de Trabalho da ANFIP.

Floriano Sá Neto ressaltou a importância de levar aos parlamentares o projeto de mudanças para o sistema tributário brasileiro.

## Na Câmara, ANFIP aponta realidade da Previdência



O presidente da ANFIP, Floriano Martins de Sá Neto, diante de representantes do governo, criticou a desinformação generalizada que divulgam quando se fala em Previdência Social e os motivos de sua reforma. O alerta foi feito na audiência pública da Comissão Mista de Orçamento (CMO), realizada no dia 12/12, na Câmara dos Deputados, com a participação do secretário de Previdência do Ministério da Fazenda, Marcelo Caetano, do secretário de Fiscalização da Previdência do Tribunal de Contas da União, Fábio Granja, e do ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira.

Floriano Sá Neto, primeiro a ser ouvido, foi direto ao ponto. “A previdência dos servidores públicos é diferente do regime geral de Previdência”, esclareceu, já que o governo, para angariar apoio popular, passou a culpar os servidores pelo resultado negativo das contas da Previdência. “A sociedade está sendo impactada com a propaganda do governo dizendo que a reforma é para combater os privilégios dos servidores, como se não tivesse ocorrido recentemente uma grande reforma no regime próprio. Temos que entender de uma vez por todas que são coisas diferentes”, frisou.

Conforme explicou, os regimes estão em locais distintos da Constituição. “O servidor é tratado no artigo 40 da Constituição e a Previdência Social, no 194, onde está toda a Seguridade Social”, disse, acrescentando que não dá para somar os dois regimes e apresentar um resultado geral. “São tão diferentes que os servidores contribuem com o total de sua remuneração, e ainda contribuem quando aposentados”, destacou, com a ressalva de que, de 2013 para cá, os sistemas foram igualados com a criação da Funpresp, em que contribuem e se aposentam pelo teto do INSS. “É vital que a gente saia daqui com essas informações”, enfatizou.

### Orçamento da Seguridade

O presidente explicou que a metodologia da ANFIP, utilizada há anos

para analisar o orçamento da Seguridade Social, tem como parâmetro a Constituição Federal. Segundo ele, o que o governo faz, diferentemente da Associação, é escolher uma fonte de financiamento [a contribuição sobre a folha de pagamentos, no caso] e subtrair o total de gastos. O Regime Geral, conforme lembrou, está no âmbito da Seguridade Social, que tem várias fontes de financiamento, como determina a Constituição.

Sobre o resultado de 2016, Floriano Sá Neto confirmou a necessidade de financiamento em R\$ 57 bilhões, a primeira da série histórica de análises feita pela ANFIP desde 2005. “Não poderia ser diferente”, disse sobre os vários mecanismos adotados pelo governo, que retiram bilhões do orçamento da Seguridade, como as desonerações, renúncias, desvinculações, sonegação. “O modelo que socorria o Orçamento Fiscal precisou de aporte em 2016 pela primeira vez”, disse sobre o histórico de retirada de recursos da Seguridade Social para outros fins.

### Por que isso aconteceu?

O presidente da ANFIP mostrou como a queda do PIB, a alta taxa de juros, o crescente desemprego e a queda da arrecadação federal impactaram as contas públicas. Fatores que, segundo ele, recaem diretamente sobre as receitas. “Se não recuperarmos esses recursos, não temos como melhorar”, destacou. Todos os dados que alteram o resultado da arrecadação estão na Análise de Seguridade Social em 2016.

Floriano Sá Neto falou ainda das desonerações, renúncias, DRU (Desvinculação das Receitas da União) e

do Refis (programas de refinanciamento de dívidas). “Os empresários esperam o Refis e deixam de pagar suas obrigações”, disse sobre a expectativa do empresariado de que sempre vem um novo programa para resolver o problema das dívidas. “Essa é uma sinalização muito ruim, pois, para eles, dever impostos compensa”.

### Envelhecimento

A grande questão colocada para a reforma, segundo abordou Floriano Sá Neto, é que em 2060 a quantidade de aposentados explodirá. “O que o governo propaga é que o Brasil se transformou demograficamente como nenhum outro país no mundo e que a Previdência vai explodir em 2060.” Mas, lembrou, ninguém aborda o fato de que, em 2060, 60% da população estará em plena capacidade de trabalho. “Isso é mercado de trabalho. Deveríamos fazer políticas públicas para aqueles que geram riqueza. Mas preferem mostrar o aumento do número de idosos e se esquecem da população ativa”, lamentou.

Floriano concluiu sua fala mostrando que existem duas maneiras de se resolver a questão. “Pelo lado da despesa e pelo da receita”, disse. Segundo ele, a saída para a crise fiscal passa pelo lado da receita pública e “a PEC não apresenta qualquer mudança que melhore a arrecadação ou a cobrança da dívida previdenciária”.

“Não caiam na propaganda oficial de que é só servidor que será atingido. Todos serão. O rural também será. A reforma mexe sim com quem já está aposentado. A pensão vai ser modificada”, ressaltou. “A ANFIP não se omite em fazer um debate sério. Somos os primeiros interessados em esclarecer”, concluiu.



## No seu Estado

### CE: Servidores Públicos debatem Funpresp



As entidades cearenses integrantes do Fórum Permanente em Defesa

do Serviço Público realizaram, em 19/12, no Auditório do Ministério da Fazenda (Fortaleza/CE), palestra sobre o modelo previdenciário da Funpresp. A coordenadora do Conselho de Representantes da ANFIP (CR), Tereza Liduína Félix, esteve presente.

A palestra foi realizada pelo Auditor Fiscal Floriano José Martins, especialista no tema, que abordou os principais aspectos do regime.

### RJ: ANFIP esclarece ações judiciais a associados



A ANFIP e a Afiperj promoveram reunião, em 1º/12, para prestar informações e esclarecimentos aos associados do Rio de Janeiro sobre

o processo de execução da GAT (Gratificação de Atividade Tributária) e demais processos judiciais sob o patrocínio da Entidade.

O presidente da ANFIP, Floriano Sá Neto, a patrona da ação de execução da GAT, a advogada Aline Melo Franco, a vice-presidente de Comunicação Social, Leila Signorelli, e o presidente da Afiperj, José Arinaldo, participaram do evento.

### RN: Anofip obtém liminar e garante reajuste



Associação Norte-Rio-Grandense dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil

Mais uma vitória para os associados. Em decisão liminar na 5ª vara da Justiça Federal de Natal/

RN, concedida à Anofip, Estadual da ANFIP no Rio Grande do Norte, foi assegurada aos seus associados ativos, aposentados e aos pensionistas a manutenção do cronograma de aumento salarial de janeiro de 2018, previsto na Lei 13.464/17.

A decisão é da juíza substituta federal Moniky Mayara Costa Fonseca. Da decisão, ainda cabe recurso.

### RS: Trabalho unificado contra a PEC 287



A Estadual da ANFIP no Rio Grande do Sul, Agafisp, reuniu no dia 7/12, em Porto Alegre, diversas

lideranças da magistratura, do Fisco Estadual e Municipal, da CGU, do Tribunal de Contas do Estado e Auditores Fiscais do Trabalho para organizar a ação parlamentar contra a reforma da Previdência (PEC 287/16).

A ANFIP esteve representada pelo vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários, Cesar Roxo Machado, e pelo assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Romero.

## Movimento Brasil sem Azar

O presidente da ANFIP, Floriano Martins de Sá Neto, e a vice-presidente de Assuntos Parlamentares, Ilva Maria Franca Lauria, reuniram-se em 14/12, com integrantes do Movimento Brasil sem Azar para reforçar a parceria contra a aprovação de projetos de lei que tramitam no Senado e na Câmara, que visam legalizar os jogos de azar no país.

Parceria continua em 2018 para consolidar e ampliar a “vitória parcial” obtida com as ações de esclarecimento dos parlamentares e com o adiamento da votação na Comissão de Constituição e Justiça do Senado.

## Análise dos impactos da EC 95

Floriano Sá Neto também esteve na audiência pública que aconteceu em 14/12, na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM), para tratar da Emenda Constitucional nº 95, a chamada “PEC do gasto”, que determinou o congelamento dos gastos públicos. O objetivo foi fazer um balanço dos impactos instituídos pela medida.

Para Floriano Sá Neto, a aprovação da emenda agravou ainda mais a crise no cenário econômico do país: “É a mãe de todos os problemas que temos e teremos”.

## Balanço anual do MCCE

O Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) realizou reunião de balanço para discutir as atividades desenvolvidas em 2017 e as projeções para 2018. O presidente da ANFIP, Floriano Sá Neto, esteve presente.

Dentre as ações realizadas pelo MCCE, estão o lançamento do aplicativo Voto Legal, as campanhas contra o distritão e o autofinanciamento de campanhas, a participação no seminário “Qual a reforma política que queremos”, além da produção de material do projeto.

## Reforma Tributária: É possível eliminar as desigualdades?



O combate à desigualdade social no Brasil exige, obrigatoriamente, uma reforma do nosso sistema tributário, que é extremamente injusto, regressivo, concentrador de renda e prejudicial aos mais pobres. Essa foi a conclusão de vários especialistas reunidos no dia 12/12, no Seminário Desigualdade Social e Sistema Tributário, realizado em Brasília pelo Conselho Federal de Economia (Cofecon), em parceria com a ANFIP e a Fenafisco (Fisco Estadual e Distrital).

O debate foi dividido em três pontos: Desigualdades no Brasil: mudou?; O papel da tributação na redução de desigualdades; e O futuro da reforma tributária no Congresso Nacional.

O vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários, Cesar Roxo Machado, disse que o sistema tributário brasileiro é arcaico, muito complicado, com tributação excessiva sobre o consumo e que isso precisa ser mudado, “aumentando-se a tributação sobre a renda e a propriedade e, assim, tornando-o mais justo”. Ele informou que a ANFIP e a Fenafisco, desde o início do ano, têm sido protagonistas nas discussões sobre reforma tributária. Para isso, resolveram apoiar um grupo de estudos formado por especialistas de diversos órgãos e instituições, a fim de elaborar uma proposta a ser apresentada à sociedade, aos presidenciáveis e aos partidos políticos ao longo de 2018.

### Novos embates

Segundo o presidente do Cofecon, Júlio Miragaya, o objetivo é aprofundar as discussões sobre o tema e se preparar para os embates do próximo ano. “Não podemos ser surpreendidos com uma votação que vai ser absolutamente desfavorável no Congresso Nacional. Precisamos estar preparados e armados para essa luta que se avizinha”.

Para a ex-ministra do Ministério do Desenvolvimento Social, Teresa Campello,

“temos que começar a cobrar de quem de fato está devendo ao país”. “O Brasil tem um processo de acumulação perverso. A desigualdade social tem muito mais a ver com a forma com que se arrecada. Foi um erro o governo anterior não ter mexido na matriz tributária”, afirmou a economista.

Uma das perguntas centrais do debate foi: É possível eliminar as desigualdades no capitalismo? Não. Quem responde é o professor da Universidade de Brasília (UnB) e doutor em Política Social, Evilásio Salvador. “É pleonasmio; falar em capitalismo é falar em desigualdades. É baratear a mão de obra para aumentar a riqueza”.

Eduardo Fagnani, professor de Economia da Unicamp e coordenador do Grupo de Trabalho da Reforma Tributária da ANFIP, explicou as linhas gerais da proposta.

Segundo o economista, o trabalho segue três premissas: a) criar fundo para financiar o bem-estar social; b) criar fundo para financiar as políticas socioambientais; e c) restabelecer o equilíbrio federativo.

### Política fiscal

O seminário ainda contou com palestra da assessora política do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), Grazielle David, sobre política fiscal de acordo com os direitos humanos; Paulo Gil, do Instituto de Justiça Fiscal, que alertou para os riscos de uma reforma que torne sistema ainda mais injusto; dos deputados Érika Kokay (PT/DF) e Alessandro Molon (Rede/RJ); e de representantes do Dieese, Fenafisco e Oxfam (Organização Humanitária).

Pela ANFIP, estiveram presentes os vice-presidentes José Avelino Neto (Aposentadorias e Pensões) e Dejanira Braga (Cultura Profissional e Relações Interassociativas), além da presidente da Fundação ANFIP, Maria Inez Maranhão, e da diretora de Eventos e Cursos, Aurora Maria Miranda, e do vice-presidente Executivo da estadual em Santa Catarina (Acafip), Floriano José Martins.

## Ações contra legalização dos jogos de azar



A vice-presidente de Assuntos Parlamentares da ANFIP, Ilva Franca, participou de reunião da Frente Parlamentar Mista por um Brasil sem Jogos de Azar, realizada em 12/12 na Câmara dos Deputados, em Brasília (DF).

Convocada pelo presidente da Frente Parlamentar, deputado Roberto de Lucena (PV-SP), o objetivo foi discutir com os integrantes do movimento a agenda de atuação em 2018. Dentre as ações, ficou decidido construir uma mobilização, por meio de material informativo, como cartilhas e postagens nas redes sociais, para alertar a sociedade sobre os impactos e prejuízos da legalização dos jogos de azar no País.

Criada em outubro de 2017, a Frente tem por objetivo conscientizar a população sobre os riscos de se legalizar essa atividade no Brasil. Dois projetos de lei propõem a legalização dos jogos no Brasil: um do Senado (PLS 186/14) e outro da Câmara (PL 442/91).

Ilva Franca reafirmou a posição contrária da ANFIP às propostas e ressaltou que a Receita Federal do Brasil não tem estrutura nem condições para fiscalizar o mercado da jogatina. “É uma atividade de alto risco e trará grandes prejuízos para o Estado e o cidadão. O argumento de que vai aumentar a arrecadação é falso, irreal. Precisamos desarticular aqueles que defendem a legalização e ganhar o apoio da sociedade”, afirmou a dirigente.

Os integrantes da Frente Parlamentar também decidiram realizar nova reunião para definir o cronograma de ações que cada entidade vai realizar em 2018.



[www.anfip.org.br](http://www.anfip.org.br)

SEDE: SBN Qd. 01 Bl. H Ed. ANFIP  
Brasília / DF - CEP: 70040-907  
Telefones: (61) 3251-8100 | Gratuito: 0800 701-6167  
Email: [info@anfip.org.br](mailto:info@anfip.org.br)